

A família do vinho do Porto



ANTÓNIO CASTRO POÇAS *

Era meu propósito continuar a referir as andanças referentes à comemoração dos 250 anos da constituição da Região Demarcada do Douro, uma vez que tive acesso às muitíssimo bem elaboradas Propostas de Programa, Organização e Financiamento, apresentadas no

Peso da Régua em 13 de Janeiro do ano corrente.

Uma reunião informal que teve lugar, também, em Peso da Régua em 14 de Dezembro de 2005, nomeou uma comissão "ad hoc" que, por sua vez, já escolheu a Comissão Executiva que se propõe executar o programa que vier, definitivamente, a ser aprovado. E para a sua exequibilidade é indispensável que o Governo se chegue à frente com os primeiros trunfos (equivalentes a euros) para abrir o cortejo das ajudas que outras entidades do sector económico não se furtarão a secundar.

O tempo necessário para tratar de tudo com a dignidade que se impõe é deveras escasso e pena foi que as diversas entidades alertadas para esta comemoração, em Novembro de 2004 pelo senhor Manuel Joaquim Poças Pintão - que faz parte das referidas comissões com todo o direito e capacidade - não lhe tivessem dado ouvidos pois nesta data tudo estaria já delineado, evitando esta corrida contra o tempo.

Todavia, este propósito terá de ficar para mais tarde, em face da prioridade que deve ser dada a dois artigos chegados à minha mão e publicados no "Jornal de Negócios" e no "Diário Económico", transcritos na publicação "Mediana" da Sociedade Gestora de Imagem e Comunicação, S.A., respectivamente em 14 e 17 de Fevereiro 2006 (págs.12 e 34).

O primeiro refere-se aos três milhões de euros com que Bruxelas contemplou o Vinho do Porto, para publicidade nos Estados Unidos da América. Para um país desta dimensão, os três milhões são uma gota de água. A publicidade, todos sabem, para produzir efeito não se faz com miserabilismo porque o dinheiro vai-se e os resultados não vêm. Com esta verba haverá que optar, apenas, por alguns Estados para que se produzam os benefícios que se desejam.

Neste mesmo artigo o Presidente do Instituto do Vinho do Douro e do Porto, o Engenheiro Jorge Monteiro, cita, com muita pertinência, que estes euros são "uma espécie de moeda de troca" pela cedência da União Europeia aos americanos dos termos "tawny", "ruby" e "vintage" exclusivos do Vinho do Porto. Alguma coisa, todavia, se aproveitou. Os Estados Unidos, a África do Sul e a Austrália (referidos no meu último artigo) não poderão usar a denominação "Port".

Já não somos senhores do que é legitimamente nosso. Bruxelas decide o que somos forçados a alienar e as representações portuguesas, que deveriam defender com unhas e dentes os bens que outros invejam, com certeza se põem de cócoras e... com mais certeza ainda... nada sabem acerca desta riqueza nacional que é o Vinho do Porto. Não se mandam especialistas (o Instituto do Vinho do Douro e do Porto e a Associação dos Empresas de Vinho do Porto têm-nos de sobra), mandam-se políticos que, nesta matéria, devem ser Zeros.

Se, algum dia, os E.U.A., a África do Sul ou a Austrália cobixarem o Mosteiro da Batalha, ou, mais modestamente, a Torre de Belém, pedem a Bruxelas que

faça o preço e seremos, apenas, notificados do negócio (já não valerá a pena consultar os nossos representantes porque de arte e monumentos também não sabem discutir uma vez que são somente políticos) e levá-los-ão, pedrinha a pedrinha, para ser montado no destino com pompa e circunstância. Esses países não têm a história que nós temos, nem os monumentos a significar as nossas epopeias, por isso têm de comprar o que gostam e que os pequenotes dos portugueses possuem. E se quiserem adoptar a designação Portugal, para atribuir a uma sua região e, com isto, pensarem que legitimam aquilo que nós temos em exclusivo? Como vai ser?

Deixei para o fim a publicação do Diário Económico, porque é tão escandalosa e gritante que até parece mal referi-la.

Sob o título de "Governo avança com reforma do sector vinícola" o senhor Ministro da Agricultura, de nome Jaime Silva, avança com a notícia de que o Instituto da Vinha e do Vinho não será extinto e, no fim deste artigo, não é que o mesmo senhor diz que

"por decidir está também a extinção - ou manutenção - do Instituto do Vinho do Douro e do Porto, decisão a que o Governo poderá dar resposta em breve".

O senhor Ministro e o Governo sabem para que serve o I.V.D.P.? Não, não devem saber! Mas devem saber que esta entidade pública não custa dinheiro ao Estado porque as suas necessidades financeiras são cobertas pelas taxas fixas sobre as vendas, que o Comércio Exportador paga, e quando as despesas aumentam os exportadores aumentam estas taxas.

E não sabem que, internacionalmente, o prestígio do I.V.D.P. é o barómetro da autenticidade do Vinho do Porto, é o selo de garantia que atesta a veracidade genuína deste vinho e que esta entidade controla? De facto, a qualidade do Vinho do Porto, os anos de colheita e a designação "Vintage" têm de ter a sanção do I.V.D.P. e as suas directrizes quanto a tipos, qualidade, anos, etc., são respeitadas religiosamente? E não sabem que se o I.V.D.P. acabar, a credibilidade do Vinho do Porto é posta em causa? Não digam que vão arranjar uma Comissão ou outra mirabolante instituição que substitua aquela entidade, e que mesmo que o Governo ou um Ministro jurem pela sua saúde que é a mesma coisa, ninguém acreditará nisso, porque não é possível tal mistificação.

Sabem ainda que o I.V.D.P. controla e fiscaliza a célebre "lei do terço"? Não sabem o que isto é? Não admira! Mas sabem que talvez seja necessário acabar com o I.V.D.P., porque isso vai servir que interesses escondidos?

Esta notícia precisa de esclarecimento imediato, dado que nos mercados internacionais nasce a dúvida quanto à futura autenticidade do Vinho do Porto e isso é fortemente lesivo da economia nacional.

Por favor, falem e tratem do que sabem (deve ser pouco!) e não mexam no que prestigia o país e que permite a entrada de uns milhões de euros, anualmente, para o tesouro exaurido da Nação.

A ignorância sempre foi má conselheira. Não é vergonha abeirarem-se de quem conhece pois que "vergonha é fazer figura de urso", diz o povo.

* Escritor

Escreve quinzenalmente, às quartas-feiras